



IWILLNOTLOOKAWAY.ORG

S É R I E

Iémen

Todas as peças da série num único documento, por ordem de leitura. Atualizado a 11 de outubro de 2026.

A guerra no Iémen, das origens até hoje, em quatro peças: quem são os Houthis, como voltou a guerra com a Arábia Saudita e o que querem as partes, e depois duas análises sobre os civis: os funcionários da ONU detidos e as crianças recrutadas.

ÍNDICE

1. Houthis (Ansar Allah): quem são, de onde vêm, o que querem
 2. Aeroporto contra aeroporto: como voltou a guerra entre os Houthis e a Arábia Saudita, e o que querem as partes
 3. Iémen: 73 funcionários da ONU continuam detidos arbitrariamente pelos huthis, enquanto Hodeidah volta a sangrar
 4. Iémen: a guerra intensifica-se novamente e relança o recrutamento de menores, enquanto a ONU alerta para o risco de fome
-

Houthis (Ansar Allah): quem são, de onde vêm, o que querem

Quando um artigo deste site fala dos «Houthis», pressupõe que o leitor sabe quem são. Muitas vezes não é assim: nas notícias aparecem como «rebeldes pró-iranianos» ou como «terroristas», dois rótulos que dizem pouco sobre a sua história e sobre o que pedem. Esta entrada reúne os factos essenciais. É atualizável: cada alteração fica registada no fim, com data e fonte.

QUEM SÃO

Os Houthis são um movimento político, religioso e armado do norte do Iémen. O nome oficial é Ansar Allah, «os apoiantes de Deus». «Houthi» vem da família que o fundou e que o dirige. Desde 2014 controlam a capital, Sanaa, e grande parte do noroeste do país, incluindo o porto de Hodeidah no mar Vermelho, e governam ali como autoridade de facto. O governo reconhecido pela ONU tem sede em Áden, no sul.

DE ONDE VÊM

Os Houthis nascem dentro do zaidismo, uma corrente do islão xiita presente no Iémen desde o século IX e diferente do xiismo praticado no Irão. Estados dirigidos por imãs zaiditas governaram o norte do Iémen, de várias formas, até 1962, quando a revolução republicana derrubou o último imã ([Sana'a Center](#)).

No início dos anos 1990, na província de Saada, um grupo de religiosos lança um movimento de renovação zaidita feito de aulas, campos de férias e gravações de sermões. A figura principal é Hussein Badreddin al-Houthi. O movimento apresenta-se como voz de uma minoria oprimida e como resposta a dois fenómenos: o declínio do papel do zaidismo depois da revolução e a expansão no norte do salafismo wahabita vindo da Arábia Saudita ([Sana'a Center](#)). Em 2004, o governo do presidente Ali Abdullah Saleh tenta prender Hussein al-Houthi; daí nasce a primeira de seis guerras na província de Saada, que duram até 2010. Hussein é morto nos primeiros meses de combates, em 2004. Desde então, o movimento é dirigido pelo irmão, Abdul-Malik al-Houthi.

Em 2011, os Houthis participam na revolta contra Saleh com o nome de Ansar Allah. A 21 de setembro de 2014, aliados ao próprio Saleh, entram em Sanaa. A 26 de março de 2015, uma coligação liderada pela Arábia Saudita intervém contra eles ([Sana'a Center](#)). Em dezembro de 2017 matam Saleh, que estava a mudar de lado.

O QUE PENSAM

O seu lema, a *sarkha* («o grito»), foi pronunciado pela primeira vez, segundo os Houthis, por Hussein al-Houthi em 2002: «Deus é grande, morte à América, morte a Israel, maldição sobre os judeus, vitória ao islão». Imita os lemas da revolução iraniana e do Hezbollah ([Sana'a Center](#)). Deve ser citado por inteiro porque contém uma invetiva explicitamente dirigida aos judeus, e não apenas aos Estados Unidos e a Israel.

No centro da sua doutrina política está a *wilaya*: o direito divino de guiar a comunidade na política e na religião, reservado aos descendentes da família al-Houthi. Nas zonas que controlam, Abdul-Malik al-Houthi é a autoridade suprema sobre os aparelhos económico, judicial e de segurança. Segundo o Sana'a Center, só uma minoria dos iemenitas aceita esta conceção do poder ([Sana'a Center](#)).

A RELAÇÃO COM O IRÃO

Os Houthis fazem parte do «eixo da resistência», a rede de aliados de Teerão que inclui o Hezbollah. Já em 2021 um grupo de peritos da ONU assinalava provas crescentes de envios de armas e componentes aos Houthis por parte de pessoas ou entidades no Irão, em violação das resoluções do Conselho de Segurança ([Fox News, que cita o relatório](#)). O relatório fala de atores no Irão, não diretamente do governo iraniano.

Mas aliança não significa dependência. Os Houthis têm uma base social, uma história e uma doutrina próprias, nascidas no Iémen décadas antes do apoio iraniano. Em 2026 apresentaram o recomeço da guerra com a Arábia Saudita como continuação da guerra iemenita, e não como uma frente da guerra iraniana ([AP, via Al-Ahram](#)).

O QUE PEDEM

As suas exigências mudaram com o tempo. Durante a trégua de 2022 e as negociações com Riad pediam sobretudo o pagamento dos salários públicos nas zonas que controlam, a abertura dos portos e do aeroporto de Sanaa e as receitas do petróleo e do gás ([AFP, via Naharnet](#)). Grande parte destas exigências entrou nos compromissos anunciados pelo enviado da ONU no final de 2023 para um «roteiro» de paz, que depois ficou parado ([UN News](#)). Segundo o International Crisis Group, em 2026 o discurso deslocou-se para a soberania do Iémen sobre o espaço aéreo, os portos e as águas territoriais ([AP, via Al-Ahram](#)). A 19 de agosto de 2026 indicaram à Arábia Saudita que a única saída era levantar o bloqueio, aplicar as medidas já acordadas, pagar os salários, retirar as forças estrangeiras e deixar os recursos naturais aos iemenitas ([Shafaq News](#)).

VIOLAÇÕES DOCUMENTADAS

Os Houthis são parte de um conflito em que todos os atores violaram o direito internacional, e este site documenta-o para todos. No que respeita aos Houthis, as violações documentadas incluem:

- a detenção arbitrária de dezenas de funcionários das Nações Unidas desde 2024 ([contámo-lo aqui](#));
- o recrutamento de menores como combatentes ([aqui](#));
- o cerco da cidade de Taiz, iniciado em 2016 ([AFP, via Naharnet](#));
- desde 2023, os ataques a navios comerciais no mar Vermelho, que os Houthis apresentam como solidariedade com Gaza;
- em 2026, os ataques com mísseis e drones a aeroportos civis sauditas.

No mesmo conflito, os Houthis e a população das zonas que controlam são também alvo de violações de outros, dos bombardeamentos da coligação saudita aos norte-americanos de 2025. Falamos deles nas peças dedicadas.

COMO LHEES CHAMAM

Nenhum rótulo é neutro. «Rebeldes» sublinha que se levantaram contra um governo reconhecido; «autoridade de facto» descreve o controlo real que exercem sobre milhões de pessoas; «terroristas» retoma as designações de alguns governos. Este site usa normalmente «Houthis» e, quando fala da sua administração, «autoridades de facto houthis».

As designações norte-americanas mudaram com as administrações. Em janeiro de 2021, a primeira administração Trump designou-os organização terrorista estrangeira; um mês depois, a administração Biden revogou a designação, receando que dificultasse a ajuda humanitária. Em fevereiro de 2024, a mesma administração Biden voltou a designá-los, mas numa categoria mais restrita, depois dos ataques no mar Vermelho ([Baker McKenzie](#)). A 4 de março de 2025, o Departamento de Estado designou-os de novo organização terrorista estrangeira ([Departamento de Estado, via GlobalSecurity](#)).

Para o Conselho de Segurança da ONU, a resolução 2216 de 2015 exige que os Houthis se retirem das zonas conquistadas e impõe-lhes um embargo de armas ([ONU](#)).

REGISTO DE ALTERAÇÕES

- 11 de outubro de 2026: primeira versão.

Fontes: [Sana'a Center](#) · [Fox News, que cita o relatório](#) · [AP, via Al-Ahram](#) · [AFP, via Naharnet](#) · [UN News](#) · [Shafaq News](#) · [Baker McKenzie](#) · [Departamento de Estado, via GlobalSecurity](#) · [ONU](#)

Aeroporto contra aeroporto: como voltou a guerra entre os Houthis e a Arábia Saudita, e o que querem as partes

EM SÍNTESE

- Na noite de 10 de outubro, um ataque ao aeroporto King Khalid de Riad matou 12 pessoas, entre as quais 8 estrangeiros, e feriu 309, segundo a autoridade saudita da aviação civil. É o mais grave de uma escalada iniciada em julho.
- A faísca: a 13 de julho, um ataque atingiu a pista do aeroporto de Sanaa para impedir a aterragem de um avião iraniano com uma delegação houthi. Reivindicou-o o governo iemenita aliado de Riad; os Houthis acusam a Arábia Saudita. Desde então, os dois lados atacam mutuamente os seus aeroportos.
- Mas a guerra não nasceu em julho: está aberta desde 2014, com a intervenção saudita desde 2015, congelada por uma trégua em 2022 e nunca encerrada por um acordo de paz.
- Os Houthis exigem o fim do bloqueio aéreo e naval, os salários públicos, a retirada das forças estrangeiras e o controlo dos recursos. A Arábia Saudita quer defender o seu território e repor o governo reconhecido. Washington recusou até agora intervir.
- Diz respeito também a quem vive longe: com Ormuz reduzido a uma fração do seu tráfego, o petróleo do Golfo sai cada vez mais pelo mar Vermelho, e os Houthis atacam precisamente esses portos.

Na noite de sábado, 10 de outubro, no aeroporto King Khalid de Riad, o terminal 3 foi evacuado entre ambulâncias e helicópteros. No dia seguinte, a autoridade saudita da aviação civil deu os números: 12 mortos, quatro sauditas e oito estrangeiros, entre os quais um americano, e 309 feridos, alguns com gravidade ([ANSA](#)). Os noticiários condenaram o ataque, como era devido. Quase ninguém explicou porque é que um movimento armado iemenita lança mísseis sobre a capital saudita, nem o que pede para parar. Tentamos fazê-lo.

OS FACTOS

É o terceiro ataque a aeroportos sauditas numa semana. A 6 e 7 de outubro, ataques a Riad e Abha tinham matado um sudanês, uma marroquina e uma argelina e ferido 36 pessoas; a 8 de outubro morreram em Riad três sauditas, entre os quais um comandante da companhia Saudia ([Khaleej Times](#)). O porta-voz militar dos Houthis, Yahya Saree, reivindicou esses ataques e

avisou as companhias aéreas de que qualquer aeronave no espaço aéreo saudita é um alvo, exceto as que se dirigem a Meca e Medina ([Al Jazeera](#)).

Para 10 de outubro, os Houthis reivindicaram ataques a «locais sensíveis» em Riad e às instalações da Aramco em Yanbu, sem nomear o aeroporto, como resposta a tentativas sauditas de atingir Sanaa ([AFP, via TNND](#)). O tipo de míssil e o terminal 3 como ponto de impacto vêm de fontes anónimas citadas pela AFP e pelo Wall Street Journal ([ANSA](#)): não estão confirmados oficialmente.

COMO SE CHEGOU AQUI

Os Houthis ([quem são, no nosso Glossário](#)) são um movimento armado nascido nos anos 1990 no norte do Iémen. Desde 2014 controlam a capital, e desde então a guerra nunca terminou ([Council on Foreign Relations](#)).

Data	Facto
2004-2010	Seis guerras entre os Houthis e o governo do presidente Ali Abdullah Saleh.
Setembro de 2014	Os Houthis tomam Sanaa.
Março de 2015	Uma coligação liderada pela Arábia Saudita intervém a favor do governo reconhecido. Em abril, a resolução 2216 da ONU exige a retirada dos Houthis e impõe-lhes um embargo de armas (ONU).
Final de 2021	Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a guerra causou 377 000 mortos, 60 % por fome e doenças (Al Jazeera).
Abril de 2022	Trégua mediada pela ONU. Expira em outubro, mas mantém-se na prática: os Houthis deixam de atacar a Arábia Saudita (DAWN).
Dezembro de 2023	O enviado da ONU anuncia os compromissos das partes para um «roteiro»: cessar-fogo, salários públicos, exportações de petróleo, reabertura de estradas, portos e aeroporto (UN News). O plano para com os ataques houthis a navios no mar Vermelho, iniciados por causa da guerra em Gaza. Em 2025 seguem-se os ataques norte-americanos (aqui).

A faísca de 13 de julho. Nesse dia, um ataque atinge a pista do aeroporto de Sanaa e impede a aterragem de um avião iraniano com uma alta delegação houthi a bordo; após uma mediação de Omã, o avião aterra em Hodeidah ([AP, via Al-Ahram](#)). Quem atacou é disputado. A AP fala de um ataque saudita e os Houthis acusam Riad; o Ministério da Defesa do governo iemenita, em Áden, diz pelo contrário que foram as suas próprias forças. A Arábia Saudita não comentou ([Al-](#)

[Monitor](#)). O governo afirma que o voo transportava pessoal e material de duplo uso: uma acusação não verificada de forma independente, a que Teerão não respondeu ([The National](#)). Daí a espiral: mísseis sobre o aeroporto de Abha, o bloqueio naval declarado pelos Houthis a 20 de julho ([aqui](#)), ofensivas em direção a Taiz e Bab el-Mandeb, depois os aeroportos. No início de outubro, esta nova fase tinha feito mais de 200 000 deslocados, segundo a Organização Internacional para as Migrações ([Al Jazeera](#)).

PORQUE NOS DIZ RESPEITO A TODOS: DOIS ESTREITOS

Antes da guerra com o Irão, iniciada a 28 de fevereiro, passavam por Ormuz cerca de 125 grandes navios comerciais por dia; na terça-feira, 6 de outubro, segundo dados da Kpler, foram sete, o número mais baixo desde julho ([Reuters, via AAP](#); [aqui](#) a nossa peça sobre o estreito). O petróleo encontrou outras saídas: da costa do golfo de Omã e do mar Vermelho partem 6,7 milhões de barris por dia, mais do dobro de antes da guerra ([Reuters, via AAP](#)). Para a Arábia Saudita, a saída é Yanbu, no mar Vermelho. Segundo dados da Kpler, entre março e julho de 2026 partiram de Yanbu, em média, 3,8 milhões de barris por dia, cerca de cinco vezes o nível anterior; em agosto, com o recomeço dos ataques houthis, 1,5 milhões ([AFP, via Al-Ahram](#)). Em setembro, um ataque parou as exportações de Yanbu durante uma semana. O tráfego geral no mar Vermelho, pelo contrário, aguenta: 280 navios por semana em Bab el-Mandeb no mês até 27 de setembro, contra 316 em junho ([Lloyd's List Intelligence](#)). Os Houthis negam querer fechar o estreito; segundo o Institute for the Study of War, o seu alvo é a capacidade saudita de exportar petróleo ([AFP, via Al-Ahram](#)).

O risco, portanto, não é hoje um bloqueio total. É que as duas saídas do petróleo do Golfo continuem ameaçadas ao mesmo tempo.

O QUE QUEREM AS PARTES

Apresentamos as posições declaradas, não motivos atribuídos.

Parte	O que diz querer
Houthis	A 19 de agosto disseram que a única saída para Riad é levantar o bloqueio, aplicar as medidas já acordadas para pôr fim ao conflito, pagar os salários, retirar as forças estrangeiras e deixar os recursos naturais aos iemenitas (Shafaq News). O comunicado não diz quais: as únicas medidas acordadas tornadas públicas são as do roteiro da ONU de 2023. Segundo o International Crisis Group, passaram de pedir medidas de confiança, como os salários, a apresentar o conflito como uma questão de soberania sobre o espaço aéreo, os portos e as águas (AP, via Al-Ahram).
Arábia Saudita e coligação	Defender o território saudita e a «soberania do Iémen», ou seja, a do governo reconhecido. Riad rejeita a acusação de cerco e diz ter deixado passar mais de 300 navios para os portos houthis no primeiro semestre de 2026 (aqui). Em setembro, Mohammed bin Salman pediu a Trump, em dois telefonemas no mesmo dia, que atacasse os Houthis (Axios).
Governo iemenita reconhecido	O restabelecimento da sua autoridade sobre o país, com base na resolução 2216. Está dividido: entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, os separatistas do Sul tentaram uma secessão que Riad atribui ao apoio dos Emirados (aqui).
Irão	Aliado dos Houthis. Não encontramos declarações oficiais de Teerão sobre os ataques aos aeroportos. Os Houthis apresentam a escalada como uma guerra iemenita, não como uma frente da guerra iraniana (AP, via Al-Ahram).
Estados Unidos	Até agora, nenhuma intervenção: Trump ofereceu apenas informações e dados de alvos, receando, segundo um antigo responsável do Pentágono, uma reação houthi em Bab el-Mandeb e uma subida do petróleo (Axios). Depois de 10 de outubro, classificou o ataque como «não aceitável»: «Vamos tomar uma decisão» (ANSA).
Paquistão	O porta-voz dos Negócios Estrangeiros de Islamabad disse que os militares paquistaneses não atravessarão a fronteira para atacar os Houthis, mas agirão em defesa do território (Al Jazeera).

LEITURA JURÍDICA E TESTE DE SIMETRIA

Os aeroportos são bens civis, em Riad como em Sanaa. O direito internacional humanitário obriga os Estados e os grupos armados a distinguir sempre entre objetivos militares e bens civis ([CICV, norma 7](#)). Um aeroporto civil só perde a proteção se for usado para fins militares, e mesmo então um ataque não deve causar aos civis danos excessivos em relação à vantagem esperada. Um míssil sobre um terminal, com 12 mortos e 309 feridos, é difícil de justificar por

este critério; o mesmo vale para a ameaça contra qualquer avião civil nos céus sauditas. Mas a regra aplica-se também à pista de Sanaa. O governo iemenita diz que o voo transportava material militar: se fosse provado, o embargo da resolução 2216 daria uma base à ação. Mas a prova pública não existe, e uma acusação não provada não transforma um aeroporto civil num alvo.

O bloqueio. O declarado pelos Houthis e o que os Houthis atribuem a Riad seguem as mesmas regras: um bloqueio é ilícito se fizer passar fome aos civis ou se o dano aos civis for excessivo em relação à vantagem militar. Para ambos falta uma verificação independente.

As condenações. Os ataques de outubro foram condenados pelas Nações Unidas e por muitos governos ([Aviation Week](#)), entre os quais o Catar, Omã, o Egito ([Al Jazeera](#)) e os Emirados ([Khaleej Times](#)); depois de 10 de outubro, o enviado da ONU Hans Grundberg falou de uma grave escalada ([ANSA](#)). A Arábia Saudita e o governo iemenita pediram ao Conselho de Segurança que agisse ([Al Jazeera](#)). O ataque à pista de Sanaa não foi condenado explicitamente por ninguém no Conselho de Segurança de 14 de julho: a ONU avisou que as medidas unilaterais não aproximam a paz, os Estados Unidos acusaram o Irão ([The National](#)). E a mesma bitola vale para toda a guerra: mais de 25 000 ataques aéreos da coligação desde 2015, com quase 19 000 civis mortos segundo o [Council on Foreign Relations](#); o cerco houthi da cidade de Taiz, iniciado em 2016 ([AFP, via Naharnet](#)).

JUÍZO EDITORIAL

Esta secção exprime a posição do site. Está separada dos factos expostos acima.

Condenar um míssil sobre um aeroporto é um dever, e reafirmamo-lo. Mas uma condenação sem contexto faz a guerra parecer um acesso de loucura. Esta guerra tem uma longa história e exigências precisas, muitas das quais já estavam escritas no roteiro da ONU de 2023: salários, portos, aeroporto, petróleo. As partes tinham-lhe dito que sim, e em agosto os Houthis pediram a aplicação das medidas já acordadas. Depois Gaza, depois a guerra com o Irão, depois uma pista atingida para travar um voo.

Há também uma lição sobre a memória seletiva. Atingir a pista de Sanaa e atingir o terminal de Riad são atos do mesmo tipo, ainda que com consequências muito diferentes: usar um aeroporto civil para castigar o adversário. O correspondente da Al Jazeera em Sanaa resumiu assim a lógica declarada pelos Houthis: «aeroporto por aeroporto». Quem condena um e se cala sobre o outro não defende o direito: escolhe um lado.

Resta uma pergunta sobre Washington. Trump disse não a Riad durante meses, por receio de uma nova frente e do preço do petróleo, segundo as fontes. As eleições intercalares de

novembro podem ser outra razão, mas nenhuma fonte que lemos o documenta: assinalamo-lo apenas como hipótese. Depois de 10 de outubro, essa prudência pode acabar. Se os Estados Unidos entrarem nesta guerra, vale a pena lembrar que já existe um documento a que os dois lados tinham dito que sim.

O QUE ACOMPANHAR

- A decisão de Trump sobre uma intervenção ao lado da Arábia Saudita.
- Uma reivindicação explícita dos Houthis para 10 de outubro e o relatório oficial saudita sobre o terminal 3.
- As exportações de Yanbu e o tráfego em Bab el-Mandeb.
- Os combates em torno de Taiz e Moca e o número de deslocados.
- As iniciativas do enviado da ONU e de Omã para reabrir a negociação.

Fontes: [ANSA](#) · [Khaleej Times](#) · [Al Jazeera](#) · [AFP, via TNND](#) · [Council on Foreign Relations](#) · [ONU](#) · [Al Jazeera](#) · [DAWN](#) · [UN News](#) · [AP, via Al-Ahram](#) · [Al-Monitor](#) · [The National](#) · [Reuters, via AAP](#) · [AFP, via Al-Ahram](#) · [Lloyd's List Intelligence](#) · [Shafaq News](#) · [Axios](#) · [Al Jazeera](#) · [CICV, norma 7](#) · [Aviation Week](#) · [Khaleej Times](#) · [AFP, via Naharnet](#)

Iémen: 73 funcionários da ONU continuam detidos arbitrariamente pelos huthis, enquanto Hodeidah volta a sangrar

«Estas ações violam o direito internacional, causam profundo sofrimento às famílias.» — António Guterres, Secretário-Geral da ONU, 12 de junho de 2026

OS FACTOS

A 5 de julho de 2026, combatentes huthis atacaram posições das forças governamentais iemenitas na região de Hodeidah (zona de Hays), na costa do Mar Vermelho, com morteiros, drones e tiros de precisão: 16 soldados mortos e 22 feridos, segundo fontes médicas e militares citadas pela Al Jazeera — os confrontos mais violentos em anos ao longo de uma linha da frente congelada desde 2022. No mesmo dia, um navio comercial foi atacado ao largo de Hodeidah, sem reivindicação. Em paralelo, e há mais tempo: a 12 de junho de 2026, 73 funcionários das Nações Unidas — todos de nacionalidade iemenita — continuavam arbitrariamente detidos pelas autoridades de facto huthis, no âmbito de uma campanha de detenções iniciada em maio de 2024 e nunca concluída; um trabalhador do Programa Alimentar Mundial morreu sob custódia huthi a 11 de fevereiro de 2025. A 29 de janeiro de 2026 o PAM anunciou a cessação dos contratos de todos os seus 365 funcionários no norte do Iémen controlado pelos huthis — onde se concentram 70% das necessidades humanitárias do país — citando explicitamente o ambiente operacional tornado inseguro pelas detenções arbitrárias. A 27 de janeiro de 2026 o Conselho de Segurança da ONU votou uma última prorrogação, até 31 de março, da missão de apoio ao Acordo de Hodeidah (UNMHA), depois extinta: os Estados Unidos pressionaram pelo seu encerramento, alegando que a obstrução huthi a tornara ineficaz; China e Rússia votaram pela sua manutenção. Em pano de fundo, 21,6 milhões de pessoas continuam a precisar de assistência (11 milhões de crianças), 4,5 milhões estão deslocadas, e o apelo humanitário da ONU de 2026, de 2,16 mil milhões de dólares, estava financiado a apenas 29% em 2025.

COMENTÁRIO JURÍDICO

A detenção arbitrária de funcionários da ONU — muitas vezes sem mandado, com casos de desaparecimento forçado durante meses e uma morte sob custódia nunca esclarecida — viola o [art. 9.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos](#) (ninguém será sujeito a prisão ou detenção arbitrárias), de que o Iémen é Estado parte desde 1987, além das imunidades

reconhecidas ao pessoal da ONU no exercício das suas funções oficiais. A obstrução sistemática do acesso humanitário — que já obrigou o PAM a suspender operações no governatorado de Saada — enquadra-se, por sua vez, nas [Convenções de Genebra](#) e no seu II Protocolo Adicional, que proíbem obstruir o socorro humanitário aos civis em conflitos armados não internacionais. As duas violações são distintas mas reforçam-se mutuamente: detêm-se aqueles que deveriam garantir o acesso à ajuda, agravando assim a própria crise que esse acesso deveria aliviar.

IMPLICAÇÕES — O TESTE DE SIMETRIA

O princípio — não se detém arbitrariamente pessoal humanitário, não se obstrui o acesso ao socorro — aplica-se aos huthis exatamente como se aplicaria a qualquer outro ator já tratado por este site. Mas o Iémen não tem um único responsável, o que o torna um caso escolar de simetria: a coligação liderada pela Arábia Saudita realizou, desde 2015, mais de 25 000 ataques aéreos e causou quase 19 000 vítimas civis segundo o Council on Foreign Relations; os Emirados Árabes Unidos são acusados por Riade de terem armado a tentativa secessionista do Conselho de Transição do Sul entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, depois repelida por forças pró-sauditas; os Estados Unidos e o Reino Unido atacam diretamente alvos huthis desde 2024. Aplicar o critério apenas aos huthis por serem o ator mais visível neste momento — silenciando sobre a coligação, os Emirados e os ataques anglo-americanos — não passaria no teste.

APÊNDICE: A CAMPANHA "ROUGH RIDER" E O ATAQUE DE SA'ADA (MARÇO-ABRIL DE 2025)

Um episódio anterior, documentado mas ainda não tratado neste site, merece ser reconstruído aqui porque lança luz direta sobre o princípio de simetria aplicado acima. Entre 15 de março e 6 de maio de 2025, os Estados Unidos conduziram uma campanha de ataques aéreos e navais contra o Iémen, denominada "Operation Rough Rider", em resposta aos ataques houthis ao tráfego comercial no mar Vermelho: segundo estimativas da organização independente Airwars, os ataques norte-americanos mataram pelo menos 224 civis.

A 28 de abril de 2025, um ataque aéreo dos EUA atingiu um centro de detenção de migrantes em Sa'ada, no noroeste do Iémen, matando e ferindo dezenas de migrantes africanos ali detidos pelas autoridades houthis. Uma investigação da Amnistia Internacional concluiu que o ataque constitui um ataque indiscriminado, a investigar como possível crime de guerra. Questionado pela Amnistia, o Comando Central dos EUA (CENTCOM) declarou estar "a avaliar todos os relatos de danos civis" desse período; no final de 2025 os resultados dessa avaliação ainda não tinham sido tornados públicos.

No mesmo período, os houthis retomaram ataques com mísseis e drones contra Israel — um míssil feriu 4 pessoas perto do terminal principal do aeroporto Ben Gurion (4 de maio de 2025), um drone feriu mais de 20 pessoas perto de um hotel em Eilat (24 de setembro de 2025) — além de ataques ao tráfego comercial no mar Vermelho, afundando dois navios (propriedade grega, bandeira liberiana) e matando pelo menos três tripulantes.

Fontes (apêndice): [Amnistia Internacional](#)

Fontes: [Human Rights Watch](#) · [UN News](#) · [Declaração do Secretário-Geral da ONU](#) · [Al Jazeera](#) · [Security Council Report](#) · [Congressional Research Service](#) · [CFR Global Conflict Tracker](#) · [Cairo Institute for Human Rights Studies](#) · [texto oficial do PIDCP \(OHCHR\)](#)

Iémen: a guerra intensifica-se novamente e relança o recrutamento de menores, enquanto a ONU alerta para o risco de fome

«Isto reflete uma política sistemática de recrutamento infantil.» — Ali Hazazi, Gabinete de Direitos Humanos da Presidência, Adem

OS FACTOS

Desde a semana passada, mais de 100 combatentes de ambos os lados foram mortos em confrontos entre as forças huthis e as forças governamentais/pró-sauditas ao longo das frentes de Taiz ocidental e Hodeidah meridional (frente de Kadha) — a escalada mais intensa em anos nessa mesma linha de frente, já noticiada neste site em julho de 2026. No mesmo período, Hazazi documentou 62 novos casos de recrutamento infantil no segundo trimestre de 2026 em províncias sob controlo huthi, classificando-os como «apenas uma fração» do fenómeno real, uma vez que a maioria dos casos não é denunciada. A SAM Organization for Rights and Liberties, que monitoriza as violações de direitos humanos no país, registou 11.310 crianças recrutadas ou utilizadas em 19 governorados entre 2014 e 2023, das quais 6.269 com idades entre os 8 e os 11 anos.

Casos individuais recolhidos pela Al Jazeera mostram uma compensação financeira explícita pelo alistamento: cerca de 50.000 riais iemenitas (210 dólares) de uma só vez, ou um salário mensal de cerca de 45.000 riais (80 dólares) — ligeiramente acima do salário médio local, num país onde mais de quatro em cada cinco crianças rurais vivem na pobreza. As forças pró-governamentais capturaram numerosas crianças-soldado huthis, inclusive na frente de al-Dhale; as fontes consultadas para este ciclo não mostram casos comparáveis de recrutamento do lado governamental (ver teste de simetria abaixo).

No pano de fundo, o chefe dos assuntos humanitários da ONU, Tom Fletcher, informou ao Conselho de Segurança, em meados de agosto de 2026, que 6 milhões de pessoas enfrentam níveis de privação de «emergência», à beira da fome. Um relatório conjunto da ACAPS/FAO/UNICEF/Banco Mundial/PAM/OMS do início de 2026 coloca o Iémen no quarto lugar mundial em insegurança alimentar, com 18,3 milhões de pessoas projetadas em Crise (Fase 3 do IPC) ou pior. O Plano de Resposta Humanitária da ONU (HNRP) 2026, publicado pela OCHA a 18 de março de 2026, estima em 22,3 milhões as pessoas que necessitam de assistência e proteção no país, incluindo 5,2 milhões de deslocados internos. O Iémen consta ainda da Lista de

Vigilância de Emergências 2026 do International Rescue Committee, publicada em dezembro de 2025 — ou seja, antes de qualquer notícia desta semana.

A 20 de julho de 2026, os huthis declararam um bloqueio naval contra a Arábia Saudita, apresentando-o como uma resposta de «olho por olho» ao que descrevem como um cerco saudita terrestre, marítimo e aéreo há cerca de 12 anos — declaração que surgiu após um ataque saudita ao aeroporto de Sanaa, em meio a uma reativação das tensões regionais em torno do papel do Irão. A Arábia Saudita rejeitou a acusação de cerco no dia seguinte, afirmando ter permitido a passagem de mais de 300 navios carregados de alimentos, mercadorias, combustível e materiais de construção para os portos de Hodeidah, Salif e Ras Isa no primeiro semestre de 2026, e anunciou medidas de proteção do tráfego marítimo no estreito de Bab al-Mandab. Nenhuma das partes forneceu, até à data, verificação independente sobre a aplicação efetiva do bloqueio declarado pelos huthis.

COMENTÁRIO JURÍDICO

O recrutamento e a utilização em combate de menores de 15 anos constitui um crime de guerra nos termos do Estatuto de Roma, art. 8(2)(b)(xxvi) e (e)(vii); o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, da qual o Iémen é Estado-parte, estende a proibição de recrutamento até aos 18 anos. Note-se que parte dos casos documentados envolve jovens de dezassete anos: uma faixa etária em que o direito internacional proíbe igualmente a utilização em combate, mas não sob o mesmo limiar absoluto previsto para os menores de 15 anos — uma distinção jurídica que não deve ser diluída. Tanto o governo iemenita (com um plano de ação da ONU assinado em 2014) como os huthis (com um acordo semelhante de 2022) tinham-se comprometido a pôr fim a esta prática; as provas reunidas neste ciclo mostram que o compromisso huthi permanece, em grande parte, por cumprir.

IMPLICAÇÕES — O TESTE DE SIMETRIA

O princípio — nenhum recrutamento de menores, por qualquer ator — aplicar-se-ia igualmente às forças huthis e às forças governamentais ou pró-sauditas: não é um juízo reservado a um só lado. Mas aplicá-lo honestamente aqui significa também dizer o que as fontes deste ciclo não mostram: ao contrário do caso já tratado neste site em julho (em que a coligação saudita, os Emirados Árabes Unidos e os EUA/Reino Unido partilhavam responsabilidades comparáveis e documentadas), as fontes disponíveis sobre o recrutamento infantil de 2026 concentram-se quase inteiramente do lado huthi — as forças pró-governamentais parecem capturar menores recrutados pelos huthis, sem os recrutarem elas próprias neste ciclo. Um precedente já conhecido (recrutamento também pelo exército iemenita durante a revolta de 2011 contra Saleh) mostra que o fenómeno nunca foi exclusivo de um único ator no passado — mas aplicá-lo

ao presente sem uma fonte comparável para 2026 seria uma simetria construída, não encontrada. Declara-se, por isso, a assimetria em vez de a colmatar. Quanto ao acesso humanitário, o quadro permanece duplo, como no caso de julho já publicado neste site: os huthis acusam a Arábia Saudita de um cerco de anos, Riade nega e reivindica a passagem de centenas de navios por portos huthis no mesmo período — nenhuma das duas versões foi verificada de forma independente, e ambas devem ser reportadas como declarações contraditórias, não como facto estabelecido a favor de uma ou outra.

APRECIACÃO

Declarado como tal, separado dos factos acima: a pobreza não justifica o recrutamento infantil — continua a ser um crime, independentemente de quem o comete e das condições económicas de quem nele consente —, mas explica por que essa «escolha» continua a apresentar-se como tal. Uma compensação de 80 dólares por mês, num país onde quatro em cada cinco crianças rurais vivem na pobreza, não é um incentivo neutro: é a diferença entre uma refeição e nenhuma refeição para uma família. A pobreza não ajuda as famílias a escolher de outra forma quando a alternativa imediata é a fome — não absolve quem recruta, mas restringe o espaço real de escolha de quem consente.

Fontes: [Al Jazeera — recrutamento infantil e ofensiva Taiz/Hodeidah](#) · [Al Jazeera — declarações de Tom Fletcher ao Conselho de Segurança](#) · [OCHA/ReliefWeb — Plano de Resposta Humanitária Iémen 2026 \(18/3/2026\)](#) · [SAM Organization for Rights and Liberties](#) · [International Crisis Group — Ahmed Nagi, analista sénior para o Iémen](#) · [IRC — Lista de Vigilância de Emergências 2026](#) · [ACAPS/FAO/UNICEF/Banco Mundial/PAM/OMS — Relatório conjunto de monitorização Iémen](#) · [CFR Global Conflict Tracker](#) · [Al-Ahram \(AP\) — declaração do bloqueio naval huthi, 20/7/2026](#) · [Arab News — resposta saudita, 21/7/2026](#)

Nota de verificação: o bloqueio naval é apresentado como declarações contrapostas (anunciado pelos houthis a 20/7/2026, rejeitado por Riade a 21/7/2026); não existe verificação independente da sua aplicação efetiva. Para o número de pessoas que precisam de assistência usamos o dado mais recente do OCHA (22,3 milhões, março de 2026), que substitui os 21,6 milhões citados no texto de julho.

N3R1-70 — I Will Not Look Away — Versão online: <https://iwillnotlookaway.org/s/pt/serie-iemen-texto-completo.html>